

A NOVA ORTODOXIA DO BANCO MUNDIAL

UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Benjamin Miranda Tabak
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

Este artigo busca resenhar, sob perspectiva crítica, a vertente intitulada “nova ortodoxia” do Banco Mundial. A análise centra-se nas relações entre liberalização (comercial e financeira) e o processo de desenvolvimento, assim como na dicotomia intervenção estatal versus orientação para o mercado, averiguando o “paradigma” do Leste Asiático. Procura, ainda, estabelecer os limites da nova ortodoxia do Banco Mundial.

PALAVRAS-CHAVE: *Consenso de Washington, Banco Mundial, nova ortodoxia, intervenção estatal, Leste Asiático, neoliberalismo, assistência internacional.*

A partir de meados da década de 80, o Banco Mundial e o FMI encontraram uma receita universal de políticas. Enquanto o FMI condicionou a adoção de políticas monetário-fiscais restritivas aos seus acordos, procurando fechar o balanço de pagamentos dos países em desenvolvimento (PED) em busca da estabilização de curto prazo, o Banco Mundial iniciou uma verdadeira campanha propugnando um modelo de desenvolvimento para o longo prazo, baseado na promoção de exportações. Estaria criado, desse modo, um ambiente propício ao crescimento auto-sustentado (FISHLOW, 1986; ver ainda FIORI, 1994)¹.

O “Consenso de Washington” resume a receita preconizada pelo FMI e Banco Mundial para estabilizar, ajustar e desenvolver as economias dos países periféricos, entre eles o Brasil, de modo a adaptá-los às novas

realidades do capitalismo mundial (BRESSER PEREIRA, 1992; TAVARES, 1993d; e SILVA, 1994). WILLIAMSOM (1994), autor que cunhou a expressão “Consenso de Washington”, argumenta que essas recomendações consistem na única alternativa para os PED e que estas proposições não são necessariamente “neoliberais”, mas sim um sumário de políticas macroeconômicas propugnadas por todo o *mainstream economics*².

Para FONSECA (1994) a crise brasileira caracteriza o esgotamento de uma estratégia de crescimento embasado na substituição de importações e intervencionismo exacerbado. Nesse sentido, existiria, *grosso modo*, uma

¹ Agradeço aos Professores Germano Mendes de Paula e Shigeo Shiki, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por suas críticas e sugestões a versões preliminares deste artigo. Quaisquer incorreções são atribuíveis exclusivamente ao autor.

² Para Williamson (1994) as propostas do “Consenso” seriam: 1) disciplina fiscal; 2) prioridade da despesa pública (gastos em educação e saúde); 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) busca de competitividade através da política cambial; 6) liberalização comercial; 7) incentivo a investimentos diretos externos (queda das barreiras); 8) privatização; 9) desregulamentação da economia; e 10) respeito ao direito de propriedade.

uniformidade quanto às medidas a serem adotadas: ampla reforma do Estado e abrangente liberalização da economia. A adesão ao “Consenso de Washington” seria a única saída para o caso brasileiro.

O diagnóstico de ambos organismos internacionais, FMI e Banco Mundial, é o de que as crises que infestam as economias em desenvolvimento são crises geradas pela intervenção excessiva. LAL (1987) argumenta que as conseqüências do dirigismo irracional foram bem piores do que as falhas de mercado encontradas nessas economias. Desse modo, a terapêutica perpassa a diminuição do tamanho do Estado, assim como o estreitamento de seus limites de atuação, de forma a permitir o livre jogo das forças de mercado, o que denota o caráter anti-estatista desta vertente.

Esses programas (de estabilização e desenvolvimento) implementados nas últimas décadas pelas economias em desenvolvimento “usually prescribe a simultaneous adjustment of the external sector via a real devaluation of the domestic currency and stabilization of the rate of inflation through across-the-board cuts in government spending. In addition, market-oriented policies designed to restructure and liberalize the economy have been recommended” (RAMIREZ, 1993: 1015).

Os custos de adoção desses programas foram sem precedentes, traduzindo-se em queda da atividade econômica e do padrão de vida da maioria da população, assim como aumento da pobreza.

A adoção dessas políticas por PED, como o Brasil, foi duramente criticada por inúmeros economistas (CANO, 1993; TAVARES, 1993a, 1993b; SANTOS FILHO, 1991; FIORI, 1993; MELLO, 1992)³. Em contraste,

³ A política de liberalização começou no início da década de 90 com a posse do então presidente Collor e teve prosseguimento, sendo aprofunda-

estes autores argumentam que a intervenção estatal é fundamental para alavancar os processos de desenvolvimento dos PED. Não nos moldes desenvolvimentistas passados, mas em novas bases de regulação, participação e atuação por parte do Estado.

Nesta perspectiva, as políticas adotadas na Coréia do Sul negariam as teses neoliberais. Na realidade, o sucesso sul-coreano dever-se-ia a um projeto “estatal-industrializante” e não a políticas liberalizantes (SANTOS FILHO, 1991). Para CASTRO & SOUZA (1985) o parque industrial brasileiro, complexo e heterogêneo, completado em meados da década de 80 com pesada intervenção estatal, contraria da mesma forma o receituário neoliberal.

O modelo de estabilização do FMI é bem conhecido. Contudo, o paradigma do Banco Mundial continua pouco explorado, existindo uma lacuna no que tange à discussão teórica da estratégia de desenvolvimento propugnada pelo seu *staff*. Resenhá-lo, sob perspectiva crítica, é o objetivo deste artigo, assim como demonstrar o seu caráter neoliberal. É mister ressaltar que não se pretende testar o grau de adequação das práticas operacionais com a escola. A vertente do Banco Mundial é denominada “nova ortodoxia”.

A estratégia de promoção às exportações *à la* Banco Mundial, prioriza a inserção internacional como peça fundamental no processo de desenvolvimento. A liberalização, comercial e financeira (incluindo a desrepressão das taxas de juros e de câmbio), engendra as condições para que os PED consigam fluxos comerciais e de capitais positivos

da no governo Itamar. No Plano Real, lançado pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, surge um ingrediente adicional: a dolarização. Vale lembrar que a dolarização passou a ser recomendação oficial do Banco Mundial ao Brasil a partir de 1992 (BATISTA JR, 1993).

com o exterior. A idéia de Estado mínimo é essencial para eliminar as distorções tão frequentes nos PED. Destarte, a teoria defende: 1) desrepressão dos distintos mercados; 2) promoção de exportações; 3) diminuição do papel do Estado; e 4) liberalização da economia. Esta vertente se apoia empiricamente no sucesso dos países do Leste Asiático. A adoção de políticas “liberalizantes”, então, estão condicionadas aos empréstimos do Banco Mundial aos PED como forma de incrementar a eficiência dos investimentos nesses países⁴.

A seção 1 deste artigo apresenta as principais idéias da nova ortodoxia no que respeita à estratégia de desenvolvimento orientada para exportações, propugnada pelos teóricos do Banco Mundial. A seção 2 aborda o papel que o Estado possui para esta vertente. Nas seções 3 e 4 são discutidos o papel das taxas de câmbio (incluindo a dolarização) e de juros respectivamente. A seção 5 abrange a questão tecnológica. A seção 6 é dedicada ao papel que a assistência têm nos PED e a importância desta como forma de influenciar as políticas macroeconômicas dos países receptores. A liberalização é objeto de estudo da seção 7. A seção 8 é reservada a críticas à teoria resenhada. Finalmente, na seção 9 encontram-se algumas considerações finais.

I. O MODELO DE PROMOÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES E O DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.

O Banco Mundial procura influir crescentemente nas políticas domésticas dos PED.

⁴ Na realidade, têm-se o que se convencionou chamar “condicionalidades cruzadas”. De um lado, o FMI faz uma série de exigências pró-estabilização e, de outro, encontra-se o Banco Mundial, condicionando medidas liberalizantes “pró-desenvolvimentistas” aos seus empréstimos.

Os empréstimos de ajuste estrutural, criados para “auxiliá-los” a reestruturar suas economias, estão condicionados a determinadas políticas que esses países devem seguir. Estas condicionalidades referem-se precipuamente à desrepressão financeira, liberalização comercial e financeira, privatizações, transparência orçamentária e preços relativos corretos (BACHA, 1987)⁵.

Na perspectiva do *staff* técnico do Banco Mundial, as excelentes performances alcançadas pelos países do Leste Asiático (Hong-Kong, Taiwan, Coréia do Sul e Singapura) nas últimas décadas explicam-se pela adoção de um modelo particular de desenvolvimento. Estes países orientaram suas economias para o mercado, conseguindo altíssimas taxas de crescimento e desenvolvimento sustentadas em um *drive* exportador, o que impulsionou suas economias⁶.

Esta vertente se antepõe aos modelos estruturalistas que propugnavam a substituição de importações (SI) como carro-chefe da economia dos PED. Para a nova ortodoxia do Banco Mundial, o fracasso das economias latino-americanas se deve a opções erradas de desenvolvimento, com a intervenção excessiva do Estado, o que culminaria nas crises recorrentes em que essas economias se encontraram nas últimas décadas, em parti-

⁵ Para uma análise das relações entre o Banco Mundial e o Brasil ver ARAÚJO (1991), FOREIRO *et alii* (1990) e BACHA (1987).

⁶ No que tange a esses países, “the economic growth was promoted by the rapid expansion of exports” (BALASSA, 1991: 58). Ainda, “providing similar incentives to exports and to import substitution in the Outward Oriented Countries, compared with the continued bias of the incentive system against exports in the Inward Oriented Countries, importantly contributed to the observed differences in exports performance” (BALASSA, 1986: 77). O comércio provou ser o motor do crescimento onde as políticas dos PED permitiram (LITTLE, 1982: 120).

cular no que tange à questão externa.

A estratégia orientada para as exportações priorizou a inserção internacional como pedra angular do processo. O pressuposto implícito seria o de que a escassez de divisas consiste no principal obstáculo, podendo ser superado através da obtenção de superávits crescentes e recorrentes no balanço comercial. À medida em que os superávits ocorressem, a taxa de poupança interna aumentaria, propiciando a elevação dos investimentos. O excedente de divisas possibilita a importação de máquinas e equipamentos de capital de última geração, incrementando a produtividade e competitividade internas, criando-se um círculo virtuoso. Destarte, pode-se fazer frente ao serviço da dívida externa, acusada freqüentemente de ser um empecilho ao progresso dos PED.

Uma hipótese importante do modelo é a de que a utilização de medidas pró-exportação (via subsídios, por exemplo) ou o viés em favor das exportações permitem a qualquer PED elevar qualitativa e quantitativamente seus desempenhos. Isto se verificaria mesmo no caso de todos os PED adotarem esta postura concomitantemente. Aproveitar-se-iam as vantagens comparativas de cada país, em primeira instância, praticando-se *up-grading* em seguida. O rápido crescimento das exportações levaria à expansão do Produto Nacional Bruto (PNB).

O Modelo de Promoção às Exportações (MPE) utiliza incentivos similares para vendas no mercado doméstico e externo enquanto o Modelo de Substituição de Importações (MSI) discrimina em favor de SI, existindo um viés anti-exportação e contra a produção de bens primários (importante nos PED), em particular da agricultura (BALASSA, 1985: 01). A definição de MPE de KRUEGER (1993a: 12) é a de “[...] políticas nas quais os incentivos enfrentados pelos produtores domésticos para exportar são razoavelmente uniformes [...] e são aproximadamente iguais

aos incentivos para vender no mercado interno”.

BALASSA (1979) fez uma avaliação empírica das performances de distintos PED. Enquanto um grupo adotou o MPE (voltado para fora) outros teriam se enveredado por vias mistas ou em MSI (voltado para dentro). Os países que adotaram o MPE responderam favoravelmente aos choques externos da década de 1970, se comparados aos que empreenderam o MSI, fundamentalmente, por três razões: 1) as relações diferenciais capital-produto mais baixas requereram menos capital para aumentar o produto nacional; 2) existiram poupanças internas mais altas, conforme uma proporção da renda nacional era poupada; e 3) esses países dependeram menos de empréstimos que as suas contrapartidas voltadas para dentro (BALASSA, 1984; 1981; 1986).

As melhores taxas de crescimento e desenvolvimento dos países que teriam adotado o MPE explicam-se, precipuamente por: 1) maior eficiência dos investimentos pois os custos industriais foram significativamente reduzidos, podendo-se adquirir insumos e bens de capital de última geração a preços internacionais, assim como a utilização de economias de escala pois o mercado não estaria mais limitado pela absorção interna; 2) aproveitamento das vantagens comparativas dado a concorrência internacional; 3) busca constante de progresso tecnológico em função da competição acirrada a nível internacional; e 4) vantagens cambiais, derivadas da geração de divisas (BALASSA, 1979 e 1985; KRUEGER, 1990d; LAL, 1987).

O MPE possuiria inúmeras vantagens : 1) a redução da dependência é patente. Os ganhos com divisas se traduzem na diminuição da dependência e na possibilidade de melhorar paulatinamente a inserção internacional dos PED; 2) as políticas adotadas sob MPE têm efeitos transparentes, fazendo com que os custos de políticas erradas fossem fa-

cilmente percebidos, possibilitando aos *policy-makers* reverter as políticas; e 3) a alocação de recursos é ótima pois o mecanismo de preços está em pleno funcionamento uma vez que o modelo restringe os governos a reduzirem a intervenção na economia (KRUEGER, 1990d).

Para KRUEGER (1993b: 354), ao adotar o MPE os PED entram em um círculo virtuoso: incentivos às exportações seriam demandados o que por sua vez requereria taxas de câmbio realísticas e evitaria restrições comerciais. Os produtores responderiam aos incentivos aumentando as exportações, incrementando a influência política desse grupo, diminuindo a importância dos que competem com importações. O equilíbrio político alcançado reforçaria o apoio ao MPE, permitindo maior liberalização da economia. Por outro lado, os países que empreenderam o MSI incorreram em círculos viciosos.

Os principais incentivos que existiria dentro do MPE são: 1) taxa de câmbio efetiva equilibrada ou desvalorizada; 2) isenção de impostos diretos e indiretos e ausência de tarifas de importações para exportadores diretos; 3) extensão das medidas aos exportadores indiretos (fornecedores, por exemplo); 4) direito à depreciação acelerada; 5) direitos às importações condicionados à performance exportadora; 6) subsídios diretos às exportações; 7) direitos de monopólio na exportação; 8) metas de exportação por firma e país de destino; e 9) subsídios creditícios (PINHEIRO, 1987; WESTHAL, 1978).

Os incentivos específicos a setores não devem ter sua importância exagerada, na perspectiva de BALASSA (1988). WESTPHAL (1990) argumenta, no caso da Coreia do Sul, que ainda que tenha existido seletividade na promoção às exportações, esta foi e deve ser temporária, limitando-se a um pequeno número de indústrias-alvo. Todavia, à medida em que a industrialização pros-

segue as medidas de fomento tornar-se-iam desnecessárias progressivamente. Para WESTPHAL (1978, 1990), os incentivos foram indicativos mais do que impositivos, criando-se um ambiente propício às exportações.

O regime comercial afeta o emprego e a taxa de crescimento do emprego, sob orientação às exportações existe melhor alocação de recursos, as indústrias exportadoras crescem mais depressa (sendo intensivas em trabalho), ocorrendo maior expansão da taxa de emprego. As políticas comerciais podem influenciar "*the choice of techniques*" e a proporção capital/mão-de-obra em todas as indústrias. Se levarem a aumento da intensidade de capital (caso do MSI), então, a taxa de crescimento do emprego é mais lenta (KRUEGER, 1984: 23). O importante a ser destacado é que sob MPE, podem ser aproveitadas as vantagens da divisão do trabalho e da especialização dado a oferta de trabalho em abundância nos PED (KRUEGER, 1982: 30).

As melhorias na distribuição de renda são o corolário dos aumentos nas taxas de produtividade, competitividade e investimentos. A explicação da menor concentração de renda nos países asiáticos consiste na criação de postos de trabalho, aproveitando-se a mão-de-obra não-qualificada (geralmente abundante nos PED), exigindo-se progressivamente força de trabalho qualificada (freqüentemente ganhando mais), ocorrendo aumento no nível de emprego como um todo.

Algumas lições podem ser retiradas das experiências do Leste Asiático: 1) é possível para áreas com trabalho abundante e pobres em recursos, sustentar seu crescimento econômico; 2) a evolução do PNB pode ser consistente com objetivos de equidade e aumentos do padrão de vida das faixas mais pobres da população; e 3) o rápido crescimento desses países (dos *NICs* em geral) criou grandes

e novos mercados, aumentando a demanda mundial (KRUEGER, 1982: 31).

II. O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO

No modelo neoliberal, orientado para fora, o Estado deve limitar-se às suas funções clássicas. O maior obstáculo ao desenvolvimento das economias latino-americanas teria sido justamente a exacerbação das atribuições do Estado. As intervenções governamentais possuem reflexos negativos na economia, muitas vezes sobrepujando as imperfeições de mercado, criando-se distorções significativas na economia.

Para BALASSA (1979) a importância dos governos nos países do Leste Asiático foi mínima, no sentido de não haverem influenciado significativamente a alocação de recursos e a composição das exportações. Os incentivos foram dados às exportações em geral e não a *commodities* específicas. BALASSA (1984) argumenta que os países intervencionistas tiveram prejuízos consideráveis em relação aos de orientação de mercado.

O papel do governo nos *NICs* restringiu-se a prover uma infra-estrutura moderna, um sistema de incentivos estável e assegurar que a burocracia governamental ajudasse em vez de suprimir as exportações (BALASSA, 1988). Para KRUEGER (1990c) os problemas que infestaram as economias em desenvolvimento nas décadas de 70 e 80 foram, principalmente, resultado de colossais falhas governamentais (ver ainda KRUEGER, 1990b).

Em países como a Coréia do Sul as autoridades tiveram um papel de destaque estimando a taxa de crescimento da produção industrial exequível e criando a infra-estrutura necessária para garantir que a produção potencial fosse alcançada. O governo funcionava como indicador, deixando o mercado entregue ao livre jogo de suas forças

(KRUEGER, 1982: 29).

Para KRUEGER (1990c) lições podem ser apreendidas de modo a orientar os *policy-makers* dos PED: 1) ações governamentais possuem custos, muitas vezes maiores do que os das falhas de mercado que deveriam resolver; 2) se provado a necessidade da intervenção governamental, deve-se escolher as de menor custo orçamentário possível; 3) existe uma tendência a escolher mecanismos que propiciem *rent-seeking* se distintas alternativas de políticas estão à mão⁷; e 4) quando os custos das políticas são obscuros, os interesses privados possuem uma maior oportunidade para usar as políticas em benefício próprio.

LAL (1987) analisa as tentativas de liberalização das economias latino-americanas no final da década de 70 e início de 80 e explica que as crises em que estas economias teriam incorrido são derivadas do diagnóstico errôneo do governo na economia. Para o autor estes governos ultrapassaram o ponto de ótimo de uma curva de Laffer da intervenção governamental, diminuindo a área de controle do governo⁸. A solução possível para estes países seria a adoção de uma política liberal, buscando-se reconquistar um certo grau de controle fiscal através da libe-

⁷ KRUEGER (1974) argumenta que a intervenção governamental geraria competição entre as pessoas por *rents* criando-se um círculo vicioso. As imperfeições de mercado levam à intervenção, o que aumentaria o *rent-seeking*, criando-se mais falhas. Contudo, as imperfeições de mercado podem ser derivadas do próprio *rent-seeking*.

⁸ A curva de Laffer representa a relação de impostos e as receitas do governo. Após o ponto de máximo, o aumento de impostos seria refletido por uma diminuição das receitas do governo, pois encorajaria diminuição de trabalho assim como sonegação fiscal (SAMUELSON & NORDHAUS, 1991).

realização dos controles da economia. A maioria das crises que requereram estabilização concomitante a ajustamento estrutural foram crises primárias do setor público.

Para WESTPHAL (1978: 35-36) o setor privado foi o motor do desenvolvimento sul-coreano. A “eficiência da intervenção governamental nas atividades econômicas também pode ser atribuída à atitude coerente da liderança em prol do crescimento econômico e, num nível mais profundo, ao fato de ter atrelado o crescimento à expansão das exportações” (WESTPHAL, 1978: 38).

WESTPHAL (1990) apresenta algumas lições da experiência sul-coreana, no que tange à intervenção governamental: 1) os objetivos últimos da intervenção devem ser a conquista da eficiência dinâmica, buscando-se competitividade internacional a médio prazo; 2) informações relevantes para encontrar potenciais vantagens comparativas devem ser vistas continuamente; 3) somente um pequeno número de indústrias deve ser alvo de incentivos, uma vez que os recursos são escassos; 4) não se deve impor restrições à exploração de vantagens comparativas em indústrias consolidadas; e 5) as políticas devem utilizar a informação acumulada pertinente de modo a se aproveitar a experiência adquirida.

III. TAXA DE CÂMBIO FLUTUANTE E DOLARIZAÇÃO

Segundo BALASSA (1982a), os países do Leste Asiático adotaram taxas de câmbio realísticas, pois foram forçados para manter suas posições no mercado mundial, preservando a competitividade e, deste modo, o fluxo positivo de comércio exterior. KRUEGER (1990a) argumenta que as taxas de câmbio reais recebidas pelos exportadores, os regimes de importação à medida em que afetavam as reexportações e a provisão da infra-estrutura necessária para exportação tiveram papel preponderante no excelente de-

sempenho das economias do Leste Asiático.

A contínua desvalorização da taxa de câmbio é uma política comparativamente melhor que a concessão de subsídios. A primeira não requer recursos orçamentários sendo auto-sustentada enquanto a segunda não, criando-se problemas adicionais à medida em que a economia se desenvolve pois a rede de subsídios tende a se tornar cada vez mais complexa dificultando inclusive o seu controle. Os governos latino-americanos administraram erroneamente a taxa de câmbio, que permaneceu sobrevalorizada, minando as tentativas de liberalização empreendidas por estas economias nas décadas de 70 e 80.

Para LAL (1987), um sistema apropriado de taxa de câmbio seria fundamental durante o processo de liberalização. A adoção da taxa de câmbio flutuante antes da liberalização comercial previne a necessidade de administração discricionária por parte do governo. A taxa de câmbio necessária durante o processo de liberalização tornar-se-ia automática, evitando-se a sobrevalorização cambial.

A política cambial deveria, sob esta perspectiva, perseguir a competitividade das exportações de modo a propiciar ganhos em divisas aos PED (WILLIAMSOM, 1994). Contudo, este tópico não é consensual. De outro lado, defende-se a dolarização (âncora cambial) de modo a restituir a credibilidade às iniciativas estabilizadoras dos distintos Estados desacreditados. O efeito da dolarização é o de estreitar substancialmente a flexibilidade da política de gastos, uma vez que suprime a possibilidade de recorrer a financiamento monetário em condições de emergência (BATISTA JR, 1993: 376).

A dolarização consiste em utilizar uma moeda estrangeira (no caso latino-americano, o dólar) como ponto central de referência. Destarte, a emissão de moeda estaria condicionada ao nível de reservas na moeda

âncora. A gestão monetária e financeira doméstica ficariam na estrita dependência da política monetária do país emissor da moeda âncora.

Com taxas de câmbio flutuantes a política monetária é extremamente eficiente, o que se torna um problema pois os PED não conseguem adotar medidas austeras de emissão monetária provocando inflação. A dolarização seria, portanto, análoga a uma camisa de força.

IV. A REPRESSÃO FINANCEIRA

Para os teóricos do Banco Mundial nos países de orientação para fora não teria havido repressão financeira, o que possibilitou a captação de altas taxas de poupança. O problema da repressão financeira consiste em que com taxas de juros baixas as pessoas não querem dinheiro ou outros ativos financeiros. O sistema financeiro não pode cumprir adequadamente as suas funções primárias integrando os mercados de capital e de crédito, para que os retornos dos investimentos possam ser equalizados. A repressão total ocorre quando da segregação do mercado de crédito: ninguém poupa exceto para investir em ativos reais, ninguém empresta a não ser o governo, obedecendo a certos limites. Este fenômeno teria sido comum nos países que adotaram o MSI (LITTLE, 1982: 201)⁹.

A teoria da repressão financeira consiste na versão monetária do livre comércio. Os defensores da liberação financeira propugnam que a solução para os PED está na elevação das taxas de juros. As reformas seriam de duas ordens: 1) no lado real da economia, uma reforma comercial, buscando-se a aber-

tura da economia; e 2) no lado monetário, o incremento das taxas de juros o que ocasiona elevação da taxa de poupança e, conseqüentemente, do investimento.

Os países do Leste Asiático, em geral, adotaram taxas de juros realísticas (BALASSA, 1979). Na Coreia do Sul, “para estimular a poupança interna, a taxa de juros foi elevada em termos reais para cerca de 10% ao ano por meio de juros bancários mais altos e um programa de estabilização de preços” (WESTPHAL, 1982: 35). Deste modo, a Coreia do Sul não incorreu em repressão financeira. O sucesso da Coreia do Sul deve-se também à adoção de medidas restritivas de crédito, que se traduziram nas altas taxas de juros utilizadas para reduzir a absorção doméstica, fomentar atividades exportadoras e gerar poupança interna, aumentando os influxos de capital forâneo.

MIRAKHOR & VILLANUEVA (1993) argumentam que “os programas de liberalização financeira objetivam eliminar os controles sobre as taxas de juros reais positivas, sobre depósitos e empréstimos bancários; não há porém consenso quanto à melhor estratégia para se atingir tais objetivos” e “em apenas uma situação — economia estável e sistema bancário bem supervisionado a liberalização plena e simultânea das taxas de juros tem probabilidade de lograr êxito. Nos outros três casos, deveriam constituir regras de taxas de juros regulamentadas, porém administradas com flexibilidade, com o fito de se chegar a níveis razoavelmente reais positivos, prevendo-se os benefícios plenos da estabilização econômica de uma melhor supervisão bancária, ou de ambas as coisas”.

V. A TECNOLOGIA E O MODELO DE PROMOÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES

No MPE a competição com os mercados internacionais estimula a aquisição tecnológica (BALASSA, 1979). Os excedentes em divisas podem ser utilizados para fomentar o progresso tecnológico. À medida em que

⁹ Os principais postulados da teoria sobre repressão financeira são: 1) a poupança é elástica em relação à taxa de juros; e 2) baixas taxas de juros viabilizam investimentos pouco rentáveis o que é prejudicial para países em desenvolvimento que incorrem em escassez de recursos (PINHEIRO, 1987).

os mercados competitivos induzem atividades de custos baixos nas firmas individuais, existe a suposição de que políticas orientadas para exportação incorrem em maior eficiência econômica e desenvolvimento tecnológico (KRUEGER, 1990d).

WESTPHAL (*et alii*, 1984: 507) sustenta que “export activity can enlarge technological capability in two ways, by facilitating technology transfer and by stimulating technological effort [...] export activity undoubtedly enforces and fosters the acquisition of technological capability [...] thus a country’s exports of capital goods and related services may reflect a comparative advantage that comes from possessing differentiated technologies [...] Indeed, awareness is rapidly growing that less developed countries, particularly semi-industrial countries, have developed idiosyncratic technologies through adaptive engineering based on experience in using technologies first imported from more developed countries”.

Deste modo, a adoção do MPE aumenta a capacidade tecnológica dos PED, pois as firmas estão induzidas a inovarem de modo a competirem nos mercados externos assim como facilitar-se-ia a entrada de tecnologia via importações.

VI. O PAPEL DA ASSISTÊNCIA

KRUEGER (1986) analisa a assistência internacional de organismos internacionais. O auxílio desses órgãos deve ter impactos benéficos nas economias receptoras, o que nem sempre se verificou. Na realidade a adoção de políticas conduziu a erros e distorções na economia por parte do Estado estão entre as explicações dos baixos níveis de desenvolvimento alcançados por esses países.

Realçar a eficiência do investimento nesses países é a preocupação fundamental ao se efetuar repasse de recursos. A autora apresenta algumas lições sobre a prática da assistência: 1) o destaque da importância de cana-

lizar programas de desenvolvimento de modo a que sejam compatíveis com incentivos individuais e as condições de mercado prevalentes e o papel vital de políticas macroeconômicas ao determinar os retornos de projetos individuais em PED, ressaltando-se a eficiência do mecanismo de preço; e 2) embora a assistência tivesse indubitavelmente financiado alguns projetos caros nos PED, as maiores dificuldades surgiram num contexto de políticas macroeconômicas inapropriadas.

Da experiência sul-coreana com assistência KRUEGER (*et alii*, 1989: 234-7) argumenta que se alguma lição pode ser aprendida é a de que a assistência deve estar relacionada a políticas econômicas corretas. Cita o exemplo da Coreia do Sul enquanto um caso em que teriam sido seguidas as prescrições corretas de política macroeconômica e “the Korean experience also holds some lessons for the effectiveness of donor assistance during a period when a government persists in pursuing ‘wrong’ economic policies” (*Ibid*: 248).

“When domestic policies and circumstances are right, additional resources yield a very high rate of return. When, however, domestic policies are inimical to efficient resource allocation, the return on additional investment is low” (KRUEGER, 1990e). Em função da necessidade de influenciar as políticas macroeconômicas desses países para que a assistência tenha efeitos multiplicadores maiores, criaram-se os *Structural Adjustment Loans*, no Banco Mundial. Criaram-se, ainda, consórcios entre o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e “they would jointly negotiate with a country in difficulty, extending bilateral aid, Bank loans and credit, and IMF credits in return for a particular government’s adopting certain monetary, fiscal and other policies”.

Finalmente, “if there are questions about the influence of the Bank on policies, they

clearly relate to policy design: policies toward export promotion relative to import substitution; monetary and fiscal management; decisions to 'promote' heavy industry; pricing policies toward agriculture relative to industry, and so on" (*Ibid.*).

Destarte, os organismos internacionais impõem uma série de condicionalidades para efetivarem sua ajuda aos PED. O corpo técnico do Banco Mundial prescreve a liberalização dos PED e a diminuição do papel do Estado. Em última instância, esta abertura deve ser vista como a adoção do MPE. O FMI prescreve como principal instrumento para a correção do desequilíbrio externo o controle do crédito interno (LAL, 1987). Estas duas perspectivas influenciam atualmente as políticas de estabilização de inúmeros PED (FISHLOW, 1986).

VII. A LIBERALIZAÇÃO

A liberalização é a palavra de ordem para todos os mercados onde se busca a maximização da eficiência. Além disso, com o crescimento dos *NICs* é necessário estabelecer uma gradação. Os que estão suficientemente desenvolvidos não precisariam mais conceder subsídios às exportações e deveriam assumir a responsabilidade de abrirem suas economias (KRUEGER, 1982: 32). Argumenta: "Likewise, liberalizing trade in manufactures, and specially removing nontariff barriers in clothing and textiles and other labor-intensive commodities, would result in sizable gains for developing countries whose comparative advantage within manufacturing clearly lies largely in production of relatively labor-intensive commodities" (KRUEGER, 1988: 203).

A sustentação do crescimento está vinculada à liberalização do regime de importações, nos mercados de capital e financeiro, e do controle dos fluxos de capitais à medida em que a complexidade da economia doméstica aumenta (KRUEGER, 1990a: 111). Somente com a liberalização os PED conse-

guiriam equiparar seu parque industrial aos dos países desenvolvidos, pois poderiam obter bens de capital de última geração a preços internacionais, produzir com custos relativamente baixos e adquirir vantagens comparativas de modo a se desenvolverem de forma sustentada. A remoção das distorções existentes nos distintos mercados é, portanto, a melhor política a ser empreendida, concomitante à implementação do MPE: "removing distortions in product and in factor markets reinforce each other. In particular, the favourable impact of trade liberalization is enhanced if distortions in capital markets are simultaneously removed and vice-versa. On the one hand, increases in savings attendant on the rise of real interest rates permit undertaking investments in high-productivity industries as trade is liberalized; on the other, trade liberalizations permits the efficient use of savings generated through higher real interest rates" (BALASSA, 1982b: 1036).

LAL & RAJAPATIRANA (1987) apresentam três lições de liberalização comercial: 1) políticas macroeconômicas são vitais para manter um regime mais liberal de comércio; 2) uma taxa de câmbio real apropriada possui um papel maior do que se pensava; e 3) a ordem na qual os vários mercados reprimidos são liberalizados é importante. Por exemplo, a liberalização dos mercados financeiros do Chile e Uruguai teria sido desestabilizadora.

LAL (1987) propõe uma seqüência de liberalização: 1) reduzir-se o déficit fiscal, acompanhado da eliminação das distorções do mercado de capitais; 2) eliminação de controles da taxa de câmbio e a livre flutuação da mesma, e remoção das falhas no mercado de *commodities*; e 3) implementação desse programa em etapas. A hipótese subjacente é a de que primeiro seria necessário desreprimir financeiramente a economia, para que possa receber capital forâneo, para logo em seguida liberalizar a taxa de câmbio

permitindo a adoção do MPE.

Para KRUEGER (1988: 209) no âmbito do GATT poder-se-ia conseguir alguma coordenação pró-liberalização sendo imprescindíveis: 1) negociação de salvaguardas dentro do GATT; 2) mecanismos de formação de grupos como o CAIRNS; 3) criação de uma fórmula de remoção de restrições quantitativas e subsídios domésticos que afetam o comércio internacional; 4) acordos em códigos de conduta que propiciem transparência para as medidas protecionistas; e 5) vontade política ou visão empreendedora.

A liberalização deve ser empreendida pelos NICs em geral, pressupondo a disponibilidade de salvaguardas eficientes. Destarte, é de suma importância um novo código de salvaguardas no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Devendo-se considerar: 1) uma medida padrão para cálculo de prejuízos aos produtores nacionais; 2) transparência nos processos; 3) preferência de aumento de tarifas às restrições quantitativas; 4) medidas temporárias estabelecidas em escala decrescente; 5) não seria necessário oferecer compensação nem sofrer retaliação; e 6) as restrições não-tarifárias ficariam sujeitas ao novo código (BALASSA & MICHALOUPoulos, 1991: 11). Com o fim do GATT e a criação da *Multilateral Trade Organization* (MTO) as propostas teriam novo endereço, mas não se alteram em essência.

ABREU (1992) argumenta que na década de 90 já se nota uma reorientação da postura brasileira nas negociações no GATT. Iniciava-se a liberalização comercial e financeira, empreendidas pelo governo Collor, em andamento até hoje. Deste modo, percebe-se como o receituário ortodoxo vem ganhando espaço no cenário nacional.

VIII. ALGUMAS CRÍTICAS À NOVA ORTODOXIA DO BANCO MUNDIAL

A teoria resenhada nas seções preceden-

tes enfatiza a intervenção estatal como principal causa dos problemas enfrentados pelas economias em desenvolvimento, em particular as da América Latina nas últimas décadas. Destarte, as prescrições são mais ou menos óbvias: diminuir o papel do Estado, liberalizando a economia em todas as instâncias possíveis.

Contrastando com esta vertente, uma série de autores realizou estudos dos processos de desenvolvimento das economias utilizadas como *paradigma* pela nova ortodoxia: o Leste Asiático. É pertinente ressaltar que comparar experiências de industrialização não é tarefa tão fácil quanto às vezes pode parecer. Alguns países, não possuem parque industrial (complexo e heterogêneo como o brasileiro) e inserir-se no mercado mundial significaria exportar *commodities* agrícolas. Não se pode negar a importância dos mercados agrícolas para o desenvolvimento dos PED. Contudo, parece precário dizer que o crescimento auto-sustentado pode se dar sob essas bases. Estes países necessitariam não somente envidar esforços para aumentarem suas exportações, como implementar, em algum grau, o MSI para criarem uma indústria nacional, uma verdadeira fonte de dinamismo. Ainda, economias de capitalismo tardio necessitariam de maior intervenção estatal para romperem a barreira do subdesenvolvimento (CASTRO & SOUZA, 1985; MELLO, 1987; SANTOS FILHO, 1991).

CLINE (1982), crítico da nova ortodoxia, utilizou o conceito de “falácia da composição” de Paul Samuelson, argumentando que se todos os PED adotassem o MPE concomitantemente os Países Desenvolvidos (PD) terminariam por ensejar respostas protecionistas frustrando os sonhos dos PED, ansiosos por conquistarem fatias nos mercados mundiais. A demanda mundial, ao contrário do apregoado, não abarcaria um crescimento tão grande da oferta (veja CANO, 1993; SPRAOS, 1993). Destarte, mesmo que se consiga adotar o MPE o *sucesso não é ga-*

rantido automaticamente.

SPRAOS (1993) sugere que à medida em que a industrialização prossegue o Estado tende a diminuir sua atuação (no setor produtivo). Contudo, a evidência empírica não demonstra que a atuação do Estado seja comparativamente menos eficiente do que a do setor privado.

SANTOS FILHO (1991), abordando a industrialização sul-coreana, analisa que a participação do Estado foi muito além dos limites estabelecidos pela nova ortodoxia propugnada pelos teóricos do Banco Mundial (BITAR, 1988; TAVARES, 1993b). Para TOYOSHIMA (1992) foi o governo autoritário sul-coreano que dirigiu a economia à semelhança dos países comunistas, embasado nos planos quinquenais (bem longe das práticas neoliberais). A reforma agrária capiteneada pelo Estado, ocorrida na Coreia do Sul, no início do seu processo de industrialização em meados da década de 50, explica em grande parte a sua melhor distribuição de renda em relação à América Latina.

Para SPRAOS (1993), não foi a liberalização que levou às excelentes performances dos países do Leste Asiático, mas a fase precedente de SI. Na realidade, após o sucesso dos esforços da industrialização interna é que a liberalização seria possível. A causalidade, portanto, seria inversa à dos autores da “nova ortodoxia”. As estratégias não são mutuamente exclusivas, podendo ser implementadas concomitantemente. Os dois modelos não necessariamente são mutuamente exclusivos, sendo que para os PED é melhor utilizarem ambos (WILLIAMSON, 1989).

Para PINHEIRO (1987: 13-14), a análise da história dos países do Leste Asiático (no período de 1975 a 1986) permite aferir algumas conclusões que contradizem a vertente da repressão financeira, defendida pela nova ortodoxia: 1) a poupança mostrou-se menos elástica em relação aos juros do que po-

deria parecer; 2) se os juros subirem além do “ponto de equilíbrio” podem gerar efeitos depressivos sobre os investimentos, caso que parece ter ocorrido em Formosa; e 3) o crédito, tanto na Coreia do Sul como em Formosa, foi centralizado, consistindo as taxas de juros preferenciais um importante instrumento de política.

A teoria da repressão financeira teria como pressuposto que o investimento não financiado por poupança prévia do investidor é financiado por poupança depositada nos bancos. Deste modo, as instituições financeiras seriam apenas intermediadoras de poupança. É pertinente ressaltar que o crédito (não a poupança) é o motor financeiro do processo de acumulação de riqueza capitalista. Em países como o Brasil, a liberalização das taxas de juros, por si só, seria incapaz de promover a retomada dos investimentos haja visto a altíssima incerteza reinante na economia. Na realidade, requer-se o monitoramento da moeda e do crédito (CINTRA, 1994).

Em que pese a reforma financeira na Coreia do Sul de 1960, é importante destacar que as taxas de juros mantiveram-se elevadas somente imediatamente após as reformas. *Quando os incentivos às exportações, via subsídios, entraram em cena, as taxas de juros eram baixas.* A reforma financeira manifestou, deste modo, a permanência dos atributos de seletividade, flexibilidade e antecipação por parte do Estado (SANTOS FILHO, 1991). A privatização dos bancos comerciais não alterou o caráter de empresário em última instância do Estado. BITAR (1988: 55) argumenta que, a despeito das taxas de juros reais negativas prevalecentes por períodos relativamente grandes, os sul-coreanos incorreram em elevadas taxas de poupança.

O Estado sul-coreano exercia, enquanto característica de intermediação financeira na década de 70, não apenas funções passivas,

como aglutinação e repasse de liquidez de capital a juros, como também funções ativas na montagem e reestruturação de setores, incorporando castigos e prêmios. A título de exemplo, veja-se a dissolução do conglomerado KUKJE, cujos ativos foram repartidos entre os demais *Chaebols* pelo Estado (SANTOS FILHO, 1991).

A flutuação livre do câmbio pode gerar enorme risco cambial, que se traduz pela especulação de um mercado financeiro “global” altamente instável (TAVARES, 1993b)¹⁰. Quem correria o risco cambial no Brasil seria o Banco Central, o que tornaria esta prática extremamente onerosa. Veja-se, por exemplo, a enorme instabilidade cambial pela qual passaram e passam as economias européias.

A dolarização, por sua vez, não é isenta de riscos. A possibilidade de valorização da moeda nacional é grande, gerando-se desequilíbrios em conta-corrente no balanço de pagamentos, aumentando a dependência de capitais externos voláteis ou de curto prazo. A economia torna-se mais vulnerável aos movimentos internacionais de capitais. Os hábitos ou padrões de comportamento criados são de difícil reversão. Aumenta a vulnerabilidade das instituições financeiras, pois deixa de existir o emprestador de última instância (o Banco Central) assim como existe uma tendência à desnacionalização do setor bancário.

Para SANTOS FILHO (1991) os elementos explicativos para o rápido aprendizado tecnológico na Coréia do Sul residem em outros aspectos, que não a adoção de uma pretensa orientação às exportações, podendo ser enumerados: 1) existência de um viés japonês no ingresso de tecnologia; 2) educação técnica da mão-de-obra mais do que

proporcional aos outros PED; 3) regulação estatal dos investimentos e transferência de tecnologia; 4) diversificação ocorrida nos conglomerados sul-coreanos; e 5) processo de “*picking winners and punishing losers*”. Na realidade, existiram verdadeiras *políticas tecnológicas* em operação. Além disso, a Coréia do Sul teria sido contemplada pela política norte-americana em função da guerra fria.

Se comparadas as experiências brasileiras e sul-coreanas, pode-se apreender que seguiram caminhos opostos no que se refere à questão tecnológica. A Coréia do Sul internalizou tecnologia, comprando, formando *joint-ventures*, enquanto o Brasil adquiriu tecnologia, fundamentalmente através das multinacionais instaladas no país. Estas diferenças estão no centro da explicação das disparidades entre os dois países.

Se a liberalização é inevitável, os programas liberalizantes devem estar condicionados à evolução da performance de variáveis macroeconômicas relevantes que poderiam suspendê-los ou adotar medidas compensatórias (BACHA, 1987). De qualquer modo, liberalizar a economia é por si só um instrumento insuficiente de modernização e conquista de competitividade. Políticas tecnológicas, científicas, industriais, creditícias, entre outras, devem ser utilizadas conjuntamente. O investimento em educação é de suma importância, neste processo.

Para CANO (1993) o projeto neoliberal é inviável para países como o Brasil¹¹. Sua argumentação se sustenta na premissa de que existe uma inconsistência entre o pagamento da dívida externa e a manutenção de um alto

¹⁰ No que se refere à instabilidade crescente dos mercados financeiros mundiais, ver o artigo de BRAGA (1991).

¹¹ Ver ainda TAVARES, 1993a e 1993b; e MELLO, 1992. Segundo TAVARES (1993b), o Brasil possui uma estrutura produtiva altamente diversificada o que torna necessário uma especialização através da seleção de produtos em todos os setores. A modernização do sistema

fluxo de bens e serviços importados. O autor propõe uma alternativa à neoliberal: a adoção de uma prática *organizado-defensiva*, traduzindo-se pela profunda reformulação do Estado, recuperando-se seu poder estruturante (veja também BRESSER PEREIRA, 1992; FIORI, 1989; SOUZA, 1990; PREBISCH, 1988).

Um projeto “estatal” deve atuar em setores estratégicos de modo a redirecionar a economia no sentido do desenvolvimento. O resgate da capacidade de regulação do Estado é fundamental para tanto. “O que se impõe é, a partir de uma estratégia nacional, dinamizar as conexões com os fluxos internacionais de crédito, tecnologia, investimento e comércio, bem como negociar a participação do capital estrangeiro na economia brasileira para aprimorar a integração da economia nacional com a internacional” (BRAGA, 1993: 2-2).

Por conseguinte, a adoção de um modelo neoliberal de desenvolvimento, ao contrário do apregoado pelos seus defensores, terminará em pesado ônus para o desenvolvimento nacional. A “nova ortodoxia” não consegue resgatar os elementos característicos das economias latino-americanas. O Estado nessas economias possui papel de destaque, assim como os Estados das economias desenvolvidas, em particular, Japão e Alemanha, “vencedores” na terceira revolução industrial e tecnológica (TAVARES, 1993a).

É necessário pensar internamente alternativas às propostas do “Consenso de Washington”. Partindo de outra perspectiva, anti-liberal, que leve em consideração a im-

produtivo deve ser sistêmica, o que exige urgência da recuperação da capacidade de financiamento do Estado, criando-se o crédito de longo prazo (que nunca existiu no Brasil de forma consistente), sendo imprescindível uma melhora nos recursos humanos. O papel do Estado, nesse processo, é de vital importância.

portância da participação do Estado no desenvolvimento das economias dos PED ainda que em moldes distintos dos concebidos pelo modelo desenvolvimentista.

IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe técnica do Banco Mundial utilizou uma leitura particular do processo de desenvolvimento dos *NICs* asiáticos para criar condicionalidades aos PED para que estes obtivessem empréstimos que objetivavam o ajuste estrutural. Esta perspectiva, denominada de “nova ortodoxia” do Banco Mundial, propugna a liberalização comercial e financeira e a diminuição do Estado nos PED (privatização, desregulamentação, entre outras medidas).

De outro lado, encontram-se autores que questionam a adoção dessas medidas pelos PED. As taxas de juros não possuiriam o papel de destaque apresentado pela teoria da repressão financeira. A adoção de taxas de câmbio flutuante pode se tornar uma experiência perigosa para países com Estados altamente endividados como o Brasil. A aquisição de capacidade tecnológica depende mais de políticas adequadas de que da orientação para fora. Não que a concorrência internacional não fomente a “corrida” tecnológica em algum grau. Contudo, pensar modalidades alternativas de aquisição tecnológica é sumamente importante.

O papel do Estado, em particular nos PED, continua a ser de fundamental importância. Novas formas de regulação, financiamento e atuação podem e devem ser pensadas. Mas a ótica negativista neoliberal para a atuação estatal deve ser questionada. Não necessariamente os resultados da intervenção governamental são comparativamente piores do que as falhas de mercado. Muita evidência empírica falta para comprovar esta assertiva utilizada pelos teóricos neoliberais. A liberalização pode, ao contrário, aumentar as mazelas nacionais, pois atua no sentido de aumentar a instabilidade da economia as-

sim como o grau de incerteza, provocando mais recessão e desemprego.

Finalmente, para países como o Brasil, com parque industrial constituído, indústria altamente diversificada, enorme massa de

recursos (de capital e humanos) e sociedade complexa, a liberalização exacerbada pode ser extremamente onerosa e gerar consequências desastrosas como o *apartheid* social e a regressão econômica (MELLO, 1992; FIORI, 1994).

Benjamin Tabak é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia e pós-graduando em Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF).

BIBLIOGRAFIA

- ABREU**, M. de P. (1992). "O Brasil e o Gatt: 1947-1991". *Texto para discussão* nº 280, Departamento de Economia da PUC-RJ.
- ARAÚJO**, D. A. (1991). *O governo brasileiro, o BIRD e o BID: cooperação e confronto*. Rio de Janeiro, IPEA, 131.
- BACHA**, E. (1987). "Banco Mundial: um memorando brasileiro". In: FANELLI, J. M. et alii. *Recessão ou crescimento: FMI e o Banco Mundial na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BALASSA**, Bela. (1979). "Export Incentives and Export Performance in Developing Countries: a Comparative Analysis". *World Bank Staff Working Papers*, 313: 20-29.
- . (1981). "Reações de políticas econômicas aos choques externos em alguns países latino-americanos". *Revista de Estudos Econômicos*, 11 (2): 11-49.
- . (1982a). "Structural Adjustment Policies in Developing Economies". *World Development*, 10 (1): 23-38.
- . (1982b). "Disequilibrium Analysis in Developing Economies: an Overview". *World Development*, 10 (12): 1027-1038.
- . (1984). "Choques externos e recursos na África subsaariana, 1973-78". *Finanças & Desenvolvimento*, 4 (1): 10-12.
- . (1985). "Outward Orientation". *Discussion Paper Report*, 148, Development Research Department Economics and Research Staff, World Bank.
- . (1986). "Policy Responses to Exogenous Shocks in Developing Countries". *American Economic Review*, 76 (2): 75-78.
- . (1988). "The Lessons of East Asian Development: an Overview". *Economic Development and Cultural Change*, 36 (3): 273-290.
- . (1991). *Economic Policies in the Pacific Area Developing Countries*. New York, New York University Press.
- BALASSA**, B. & **MICHALOPOLOS**, C. (1991). "Liberalização do comércio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento". *Economic Impact*, 71 (1): 06-12.
- BATISTA JR.**, Paulo Nogueira. (1993). "A armadilha da dolarização". *Estudos Econômicos*, IPE/SP, 23 (3), set/dez.
- BITAR**, Sérgio. (1988). "Neoliberalismo versus neoestruturalismo em América Latina". *Revista de la Cepal*, Santiago, Chile, 34: 45-63, abril.

- BRAGA, J. C. S.** (1991). “A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais”. *Textos Para Discussão*, FDA/IESP, ano 6, 3.
- BRESSER PEREIRA, L. C.** (1992). *A crise do Estado: ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo, Nobel.
- CANO, Wilson.** (1993). *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. Campinas, Unicamp.
- CASTRO, A. B. & SOUZA, E. P.** (1985). *A economia brasileira em marcha forçada*. 2a. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CINTRA, Marcos Antonio Macedo.** (1994). “Uma visão crítica da teoria da repressão financeira”. *Textos Para Discussão*, IE/UNICAMP, 39.
- CLINE, William.** (1982). “Can the East Asian Model of Development be Generalized?” *World Development*, Oxford, 10 (2): 81-90.
- FIORI, J. Luís** (1989). “Sobre a crise do Estado brasileiro”. *Revista de Economia Política*, 9 (3): 103-114.
- . (1993). “Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro”. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- . (1994). “Os moedeiros falsos”. *Folha de São Paulo*, 3 de julho: 6-6 e 6-7.
- FISHLOW, Albert.** (1986). “Evolução das teorias econômicas na América Latina”. *Revista de Literatura Econômica*, 8 (2): 167-202.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da.** (1994). “Transição econômica e estabilização: por que o Brasil ficou para trás?”. *Seminário: O Brasil e o novo cenário mundial*. Rio de Janeiro, UERJ.
- FORERO, M. G. J. et alii.** (1990). *O Brasil e o Banco Mundial — um diagnóstico das relações econômicas: 1949-1989*. Brasília, IPEA.
- KRUEGER, Anne O.** (1974). “The Political Economy of the Rent-Seeking Society”. *American Economic Review*, 64 (3): 291-303.
- . (1982). “Newly Industrializing Countries”. *Economic Impact*, 40 (4): 26-32.
- . (1984). “Estratégias comerciais e emprego nos países em desenvolvimento”. *Finanças & Desenvolvimento*, 4 (2): 23-26.
- . (1986). “Aid in the Development Process”. *World Bank Research Observer*, 1 (1): 57-78.
- . (1988). *Development With Trade — LDCs and The International Economy*. International Center for Economic Growth, San Francisco, USA.
- . (1990a). “Asian Trade Growth Lessons”. *American Economic Journal*, 80 (2): 108-112.
- . (1990b). “Economists’ Changing Perceptions of Government”. *Westwirtschaftliches Archiv*, 126 (3): 417-431.
- . (1990c). “Government Failures in Development”. *Journal of Economic Perspectives*, 4 (3): 09-23.
- . (1990d). “Import Substitution versus Export Promotion”. In: KING, P. (org.). *International Economics and International Economic Policy*. New York, Mc. Graw-Hill.
- . (1990e). *Perspectives on Trade and Development*. Chicago, University of

Chicago Press, Hertfordshire, Harvester Wheatsheaf, USA.

———. (1993a). “Reformas orientadas para o mercado e a economia internacional na década de 90”. In: ZINI JR., Álvaro A. (org.). *O mercado e o estado no desenvolvimento econômico nos anos 90*. Brasília, IPEA, 137.

———. (1993b). “Virtuous and Vicious Cycles in Economic Development”. *American Economic Review*, 83 (2): 351-355.

KRUEGER, A. O. et alii. (1989). *Aid and Development*. Baltimore, Maryland, John Hopkins University Press.

LAL, Deepak. (1987). “The Political Economy of Economic Liberalization”. *The World Bank Economic Review*, 1 (2): 273-299.

LAL, D. & RAJAPATIRANA, S. (1987). “Foreign Trade Regimes and Economic Growth in Developing countries”. *World Bank Research Observer*, 2 (2): 189-217.

LITTLE, Ian M. D. (1982). *Economic Development — Theory, Policy and International Relations*. New York, Basic Books Inc.

MELLO, J. M. Cardoso. (1987). *O capitalismo tardio*. 6a. edição. São Paulo, Brasiliense.

———. (1992). “Conseqüências do neoliberalismo”. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, IE/UNICAMP, 1 (1): 59-67.

MIRAKHOR, Abbas & VILLANUEVA, Delano. (1993). “Políticas de juros em países em desenvolvimento”. *Finanças & Desenvolvimento*, 13 (4): 31-33.

PINHEIRO, Armando Castelar. (1987). “Estratégias de desenvolvimento: América Latina versus Leste Asiático”. *Textos Para*

Discussão Interna, 128, IPEA.

PREBISCH, Raúl. (1988). “Dependencia, interdependencia y desarrollo”. *Revista de la Cepal*, 34: 205-12, abril.

RAMIREZ, M. D. (1993). “Stabilization and Adjustment in Latin America: a Neo-structuralist Perspective”. *Journal of Economic Issues*, 27 (4), dezembro.

SAMUELSON, P. & NORDHAUS, W. D. (1991). *Economia*. Lisboa, Mc Graw-Hill.

SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. (1991). *Processos de industrialização tardia: o ‘paradigma’ da Coréia do Sul*. Tese de Doutorado. Campinas, IE/Unicamp.

SILVA, F. Barros de. (1994). “Os dois lados da moeda”. *Folha de São Paulo*, 03 de julho: 6-4.

SOUZA, P. R. (1990). “Desafios ao desenvolvimento brasileiro”. *Revista de Economia Política*, 10 (2): 17-32.

SPRAOS, John. (1993). “Falsas dicotomias sobre linhas paralelas: mercado versus Estado e orientação para dentro versus orientação para fora”. In: ZINI JR., A. A. (org.). *O mercado e o Estado no desenvolvimento econômico dos anos 90*. Brasília, IPEA, 137.

TAVARES, M. Conceição. (1993a). “Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora”. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

———. (1993b). “As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência”. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

———. (1993c). “A guerra das moedas na ciranda mundial”. *Folha de São Paulo*, 08

de agosto: 2-5.

———. (1993d). “O Consenso e o dissenso de Washington”. *Folha de São Paulo*, 03 de outubro: 2-5.

TOYOSHIMA, S. H. (1992). *Transformações estruturais e crescimento econômico sustentado — a experiência da industrialização dos “tigres asiáticos”*. Universidade Federal de Viçosa, Universitária.

WESTPHAL, Larry E. (1978). “The Republic of Korea’s Experience With Export-Led Industrial Development”. *World Development*, 6 (3): 347-382.

———. (1982). “O setor privado como principal motor do desenvolvimento coreano”. *Finanças & Desenvolvimento*, 2 (2): 35-38, junho.

———. (1990). “Industrial Policy in an Export-Propelled Economy: Lessons from South Korea’s Experience”. *Journal of Economic Perspectives*, 4 (3): 41-59.

WESTPHAL, L. E. et alii. (1984). “Republic of Korea”. *World Development*, 12 (5/6): 505-533.

WILLIAMSON, John. (1989). *A economia aberta e a economia mundial — um texto de economia internacional*. 2a. edição. Rio de Janeiro, Campus.

———. (1994). “Latin American Reform: a View from Washington”. *Seminário: O Brasil e o novo cenário mundial*. Rio de Janeiro, UERJ.